

EDITORIAL

Rogério de Souza Medeiros*

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos**

A Revista Política & Trabalho chega ao seu número 60 apresentando o dossiê “Embates e crises democráticas no Brasil em tempos de política digitalizada”, organizado por Tathiana Chicarino e Emerson Cervi. O dossiê reúne um conjunto de análises sobre o impacto das redes sociais on-line na atual dinâmica política do Brasil, com uma ênfase maior no antigo Twitter (atualmente o X), a plataforma mais utilizada pela elite política brasileira. Os artigos enfocam as maneiras como líderes, militantes e instituições públicas se envolvem em embates discursivos e como emoções, intenções e projetos são amplificados pelas tecnologias digitais no campo político. O dossiê busca explicitar o olhar sobre os conflitos políticos do campo digital e as pautas de polarização e crises democráticas que marcaram o Brasil nos últimos anos.

A primeira parte do dossiê se concentra em acontecimentos recentes, como a polêmica sobre as urnas eletrônicas e os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e a forma como a mobilização e radicalização dos grupos políticos ocorreram pelas redes sociais. A segunda parte abrange as eleições presidenciais de 2022 e aborda a presença dos candidatos principais, Lula e Bolsonaro, e as narrativas, as táticas de desinformação e as estratégias populistas adotadas no X. O conjunto de questões levantadas e problematizadas pelo dossiê coloca em evidência a centralidade das plataformas digitais como arenas de embate político e o seu potencial de transformação sobre as sociabilidades democráticas. Além das análises reunidas no dossiê, essa edição traz ainda seis artigos de fluxo contínuo, um ensaio especial escrito por um autor convidado e duas resenhas.

Abrindo a seção de textos de fluxo contínuo, o artigo “A produção sobre as juventudes no campo das ciências humanas no Brasil: uma análise a partir da plataforma SciELO”, de autoria de Alexandre Barbosa Pereira, apresenta o mapeamento da produção científica brasileira sobre a temática da juventude no período de 2001 a 2019, revelando que as abordagens se agrupam em duas grandes concepções sobre a juventude: ora como ator político portador de um potencial de

* Editor da Revista Política & Trabalho e professor da Universidade Federal da Paraíba.

** Editor da Revista Política & Trabalho e professor da Universidade Federal da Paraíba .

mudança sociocultural e inovação política, ora como um problema social a ser solucionado. O artigo finaliza destacando a necessidade de uma concepção alargada de juventude, mais plural e multifacetada, que seja capaz de evitar análises reducionistas e prevenir a produção e reprodução de estereótipos.

Na sequência, o artigo de Henrique Rodrigues Moreira e Cristiano Fonseca Monteiro, intitulado “As disputas em torno dos contratos intermitentes na Câmara dos Deputados (2012-2017)”, aborda a Reforma Trabalhista promulgada em 2017, com atenção especial para o processo de tramitação na Câmara dos Deputados que resultou na institucionalização dos contratos de trabalho intermitente. O estudo explora os diversos elementos que compunham o contexto político em que se processou a tramitação da matéria e identifica a emergência de uma janela de oportunidade política que permitiu a aprovação da inclusão dos contratos de trabalho intermitente como parte do texto final da reforma.

No artigo seguinte, intitulado “Desigualdades na Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho Informal da Bolívia: Um Estudo de 2000 a 2021”, os autores Ana Cristina de Oliveira Mélo e Alexandre César Cunha Leite se debruçam sobre as estatísticas oficiais referentes ao mercado de trabalho do país andino ao longo de duas décadas, para revelar uma grande concentração da mão de obra feminina em trabalhos informais, além da reprodução da desigualdade de gênero no mercado de trabalho em consonância com o que ocorre no resto do mundo.

Na sequência, o artigo de Guilherme Figueredo Benzaquen, intitulado “O Auxílio Emergencial e a financeirização da pobreza no governo Bolsonaro”, apresenta uma provocante análise acerca da política de transferência de renda de caráter emergencial que foi adotada durante o governo Bolsonaro (2019-2022). O autor caracteriza essa medida enquanto uma forma de “gestão da pobreza” pelo Estado brasileiro, que é representativa de um processo mais abrangente de “financeirização da pobreza” e constitutivo do padrão atual de dominação/expropriação capitalista.

Em “O Trabalho por Plataforma na Construção Civil”, Manuela Gomes da Rocha e Manuela de Carvalho Rodrigues apresentam uma análise acerca do crescimento da presença de empresas-plataformas que fazem a intermediação de serviços no setor da construção civil, revelando sua lógica de funcionamento e sua dinâmica de atuação à luz dos debates recentes sobre terceirização, precarização e uberização do trabalho. A análise revela como essas plataformas contribuem para a manutenção do quadro atual de predomínio do trabalho precarizado, ao mesmo

tempo que acrescentam camadas adicionais de expropriação do trabalho, configurando uma “comercialização do desemprego”.

Fechando a seção, temos o artigo de Victor Pimentel Ferreira, João Camargo de Albuquerque Mello e Rennan Pimentel intitulado “Periferização do mundo: reflexões sobre as transformações do capitalismo à luz do processo de expansão da condição periférica”. Partindo de uma análise acerca da ascensão e declínio do Estado de Bem-Estar Social nas últimas décadas, os autores defendem o uso da noção de “periferização do mundo” como chave analítica apropriada para a leitura das principais transformações ocorridas no mundo capitalista nas últimas décadas. O argumento é construído com base em um diálogo com a obra de diversos teóricos contemporâneos e conclui apontando a necessidade da formação de uma agenda de pesquisa abrangente acerca de uma recente amplificação da condição periférica e suas consequências para as mais diversas dimensões da vida social.

Na seção seguinte, temos a satisfação de apresentar um ensaio produzido por um autor convidado, o sociólogo Renato Ortiz. No artigo, Ortiz nos apresenta uma perspectiva crítica acerca da relação entre a ideia de “lugar de fala” e as Ciências Sociais. Uma vez que a ideia de lugar de fala tem sido frequentemente mobilizada por diferentes atores sociopolíticos brasileiros no debate público contemporâneo, a reflexão apresentada pelo autor traz uma contribuição importante a esse debate, que é tanto acadêmico quanto político, ao lançar luz sobre aspectos que nem sempre são claramente tematizados pelos atores em disputa. Com isso, o autor lança pistas valiosas para compreendermos os limites e as potencialidades dessa ideia, enquanto categoria identitária, cognitiva e política.

Por fim, essa edição traz ainda duas resenhas. Na primeira, intitulada “A Crise do Cuidado: Uma Comparação entre Brasil, França e Japão”, as autoras Sheila Stolz e Caroline Ledesma Al-Alam comentam o livro “O cuidado: teorias e práticas”, de Helena Hirata (2022). Já em “Construção, Diálogo e Prática: o canteiro de obras da interseccionalidade como teoria social crítica”, Lucas Trindade, Ingrid Daniely Vale dos Santos e Mariane Joyce Ferreira Saraiva examinam a obra “Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica”, de Patricia Hill Collins (2022).

Boa leitura!

Os editores.